



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE ATIBAIA - 0140

[2001 a 2500 processos]

Aos 27 dias do mês de março de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 4/2018, divulgado em 1º/2/2018 no DEJT (Edição 2407/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 251 e 252. Presentes a Juíza Titular REGINA DIRCE GAGO DE FARIA MONEGATTO e o Juiz Substituto Auxiliar Fixo JOÃO DIONISIO VIVEIROS TEIXEIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ATIBAIA, BOM JESUS DOS PERDOES, NAZARE PAULISTA, PIRACAIA
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	09/09/2005
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	15/03/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	25 %
Acervo PJe/Acervo Total:	75 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
REGINA DIRCE GAGO DE FARIA MONEGATTO	28/08/2006

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
14/06/2017 a 13/07/2017	FERIAS
14/09/2017 a 18/09/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 15/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
JOAO DIONISIO VIVEIROS TEIXEIRA	07/01/2017 a 19/12/2017
JOAO DIONISIO VIVEIROS TEIXEIRA	08/01/2018 a 07/03/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
13/03/2017 a 11/04/2017	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA PAULA DE CAMPOS GOMES MARQUES	ND	FC-01 EXECUTANTE	17/08/2017
AZILDO SOUZA DE CAMPOS JUNIOR	TJA	FC-02 ASSISTENTE	03/07/2013
CAMILA PINHEIRO CONCEICAO DE MENDONCA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	23/02/2006
DEBORA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	29/03/2010
GENOEFA BARBARINI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	04/02/2016
MARCO ANTONIO PINTO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/08/2014
MARIA EUGENIA DA CONCEICAO CAMARGO DE SOUZA SA	REQ	FC-02 ASSISTENTE	27/11/2013
MARIANA EIKO OKAYAMA	TJA	-	21/09/2017
MICHEL VITOR MENDONCA	REQ	FC-04 CALCULISTA	17/07/2006
ODECIO PIMENTA CAMARGO	TJ-SEG	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	21/11/2016
ROSMEIRE APARECIDA VASQUES	AJ-OJA	-	01/12/2006
VIVIAN PINHEIRO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	03/10/2011
WANESSA DE LOURDES NEGREIROS ALVES GONCALEZ	REQ	FC-02 ASSISTENTE	29/09/2008
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			6



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	3
LICENÇA MÉDICA/RGPS	22
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	315
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE APÓS 720 DIAS	75
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	8
TOTAL	424



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
RENATA PEREIRA DA LUZ REIS	MUNICÍPIO DE ATIBAIA	10/10/2017
RONALDO JOSE DE LIMA	MUNICÍPIO DE ATIBAIA	03/09/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
JOAO DIONISIO VIVEIROS TEIXEIRA	71
REGINA DIRCE GAGO DE FARIA MONEGATTO	48



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.521	1.374	---
	Aguardando encerramento da instrução	990	843	---
	Aguardando prolação de sentença	132	151	---
	Aguardando cumprimento de acordo	932	427	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.382	1.599	---
	Pendentes de finalização	5.954	4.393	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	1.007	432	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	149	325	---
	Pendentes de finalização	1.156	757	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.391	1.396	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	75	114	---
	Pendentes de finalização	2.467	1.512	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	19	49	---
TOTAL		9.596	6.711	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	2.305	1.336	---
	Aguardando encerramento da instrução	1.159	860	---
	Aguardando prolação de sentença	103	105	---
	Aguardando cumprimento de acordo	725	367	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	5.684	4.065	---
	Pendentes de finalização	6.125	4.191	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	753	531	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	491	509	---
	Pendentes de finalização	907	850	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.544	1.461	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	265	604	---
	Pendentes de finalização	2.598	1.593	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	22	85	---
TOTAL		9.652	6.720	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	204	162	106
Exceções de Incompetência	9	9	7
Antecipações de Tutela	380	382	9
Impugnações à Sentença de Liquidação	6	9	6
Embargos à Execução	52	58	55
Embargos à Arrematação	2	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	16	7	14
TOTAIS	669	629	197

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	148	202	80
Exceções de Incompetência	10	14	7
Antecipações de Tutela	420	433	17
Impugnações à Sentença de Liquidação	13	7	17
Embargos à Execução	78	173	64
Embargos à Arrematação	0	3	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	2	10
TOTAIS	673	834	195



6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	369	401	67
Recurso Adesivo	18	15	7
Agravo de petição	37	41	5
Agravo de Instrumento	11	7	3
TOTAIS	435	464	82

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	406	486	88
Recurso Adesivo	34	42	4
Agravo de petição	62	80	8
Agravo de Instrumento	15	6	2
TOTAIS	517	614	102



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	762	307	207	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.245	650	365	---
Total / Média	2.007	520	329	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	735	323	213	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.243	674	376	---
Total / Média	1.978	544	337	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	374	28	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	741	42	33	---
Total / Média	1.115	37	31	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	95	499	255	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	159	615	278	---
Total / Média	254	572	274	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	692	1.859	2.051	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	10	1.256	983	---
Total / Média	702	1.851	1.929	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	836	268	198	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.190	534	347	---
Total / Média	2.026	424	309	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	820	271	202	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.073	519	350	---
Total / Média	1.893	412	310	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	348	39	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	659	42	35	---
Total / Média	1.007	41	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	54	725	254	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	117	430	269	---
Total / Média	171	523	266	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	496	1.647	1.941	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	11	1.836	1.207	---
Total / Média	507	1.651	1.864	---

*Do início até a extinção da execução

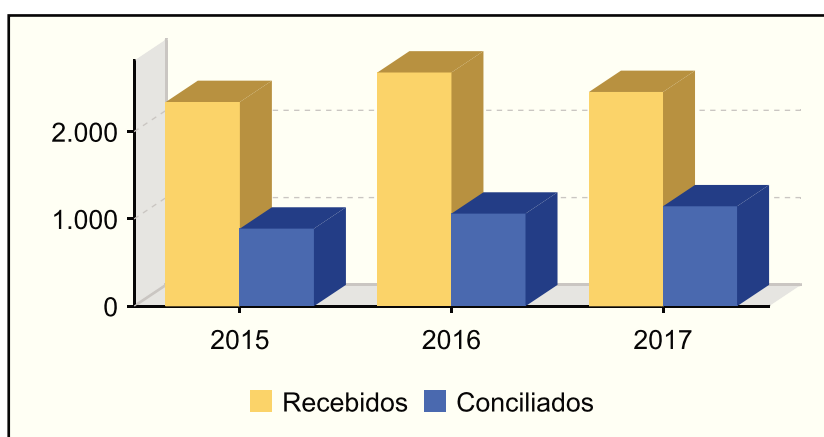


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

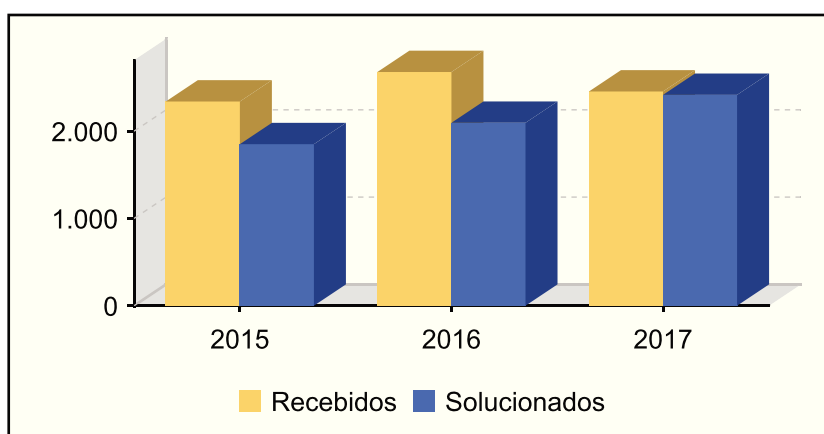
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.340	889	37,99
2016	2.678	1.061	39,62
2017	2.455	1.145	46,64



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.340	1.851	79,10
2016	2.678	2.096	78,27
2017	2.455	2.416	98,41



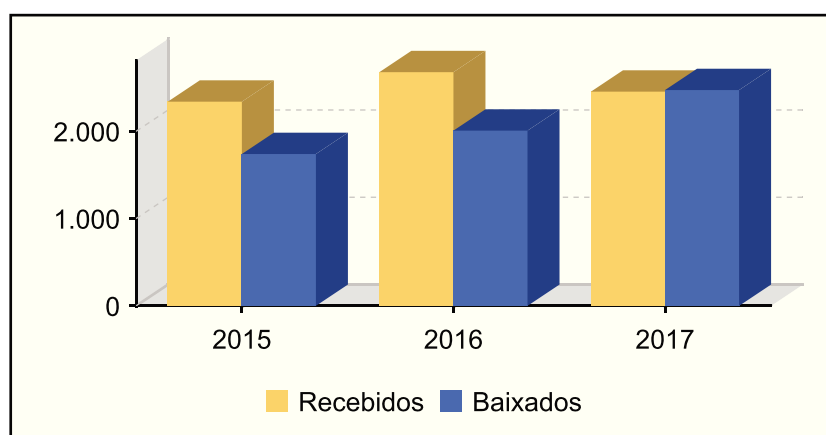


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

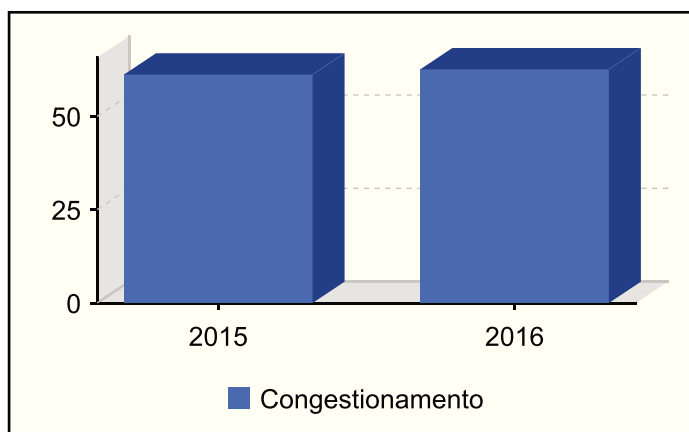
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.340	1.740	74,36
2016	2.678	2.008	74,98
2017	2.455	2.473	100,73



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.428	2.340	1.851	61,18
2016	2.925	2.678	2.096	62,59



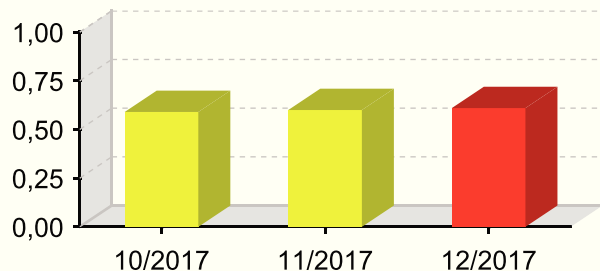


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

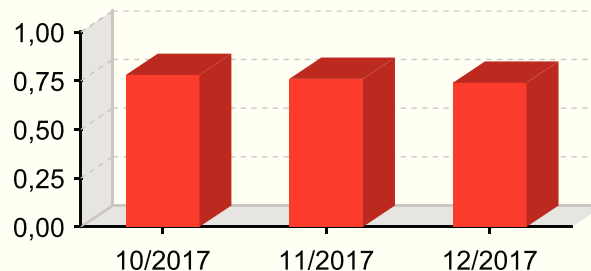
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,59	0,78	1,00	0,77	0,70
11/2017	0,60	0,76	0,99	0,76	0,68
12/2017	0,61	0,74	0,99	0,76	0,63

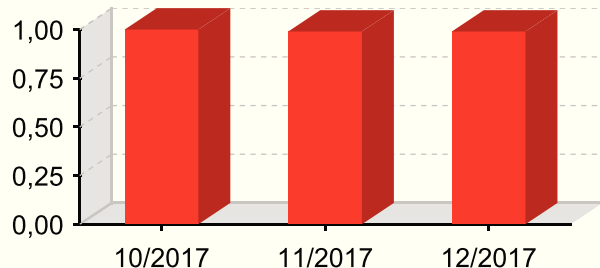
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



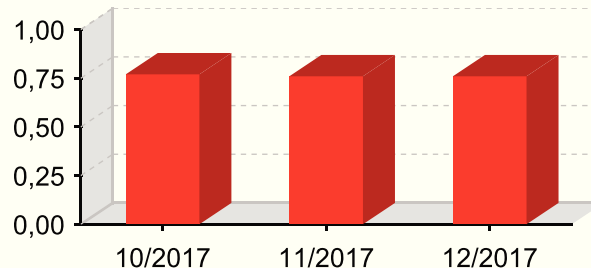
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



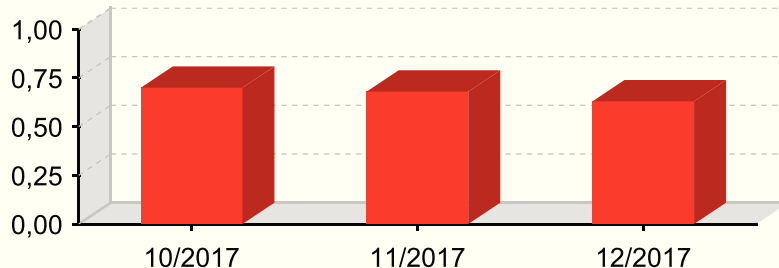
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.145	95,4	58,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	960	80,0	49,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.105	175,4	107,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	311	25,9	15,9
Incidentes Processuais Resolvidos	895	74,6	45,7
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	43.422	73,8	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.201	95,6	58,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	99.623	169,4	104,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	19.142	32,6	20,0
Incidentes Processuais Resolvidos	42.089	71,6	44,1
Dias-Juiz	28.646	48,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

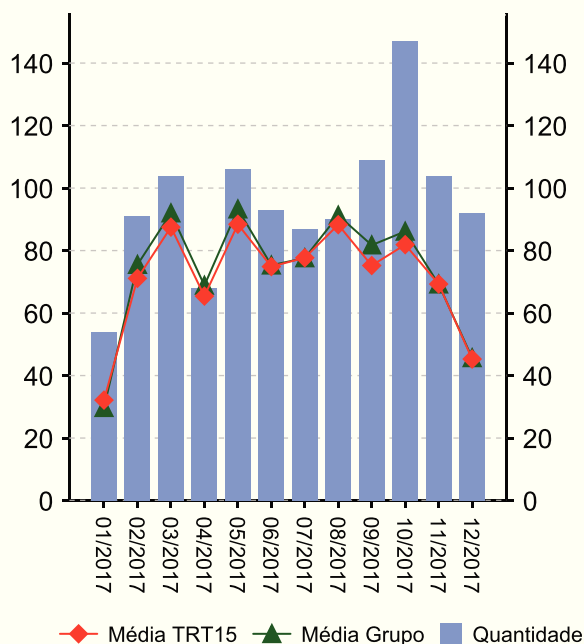


10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

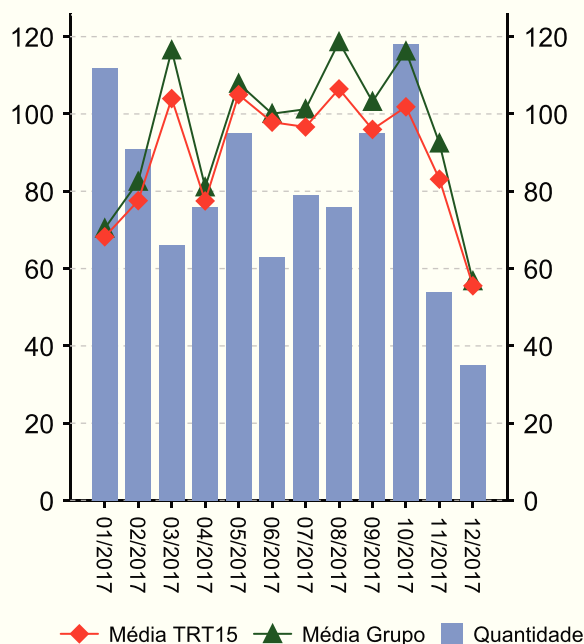
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

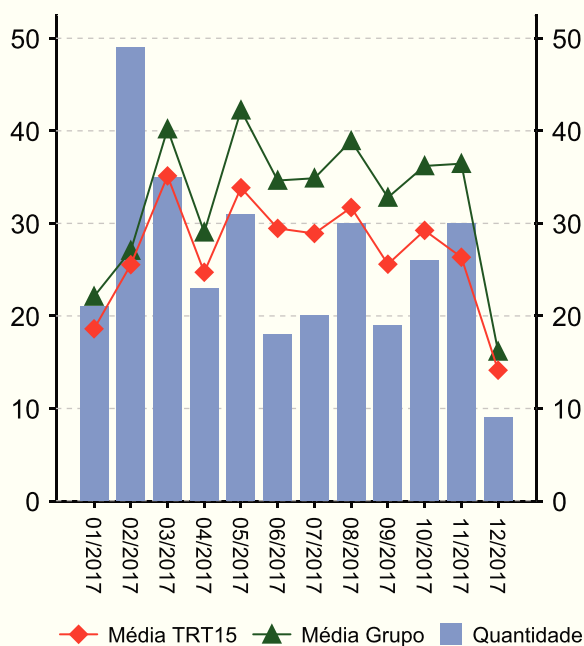
Processos Solucionados - com exame de mérito
(conciliações)



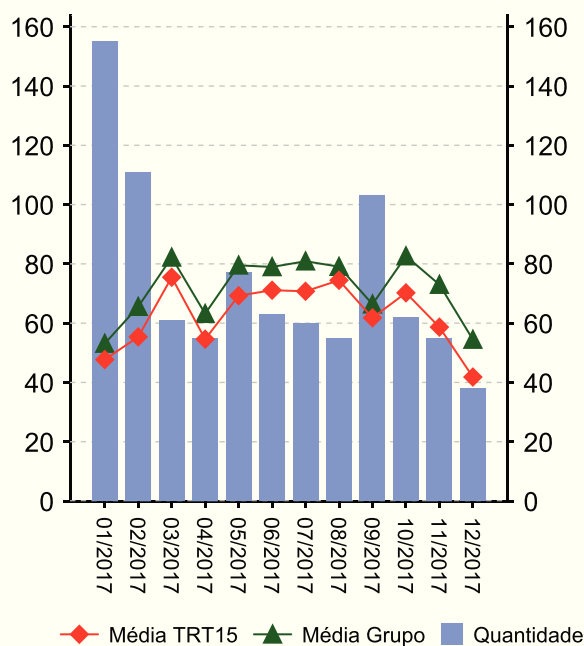
Processos Solucionados - com exame de mérito
(exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	981	81,8	50,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	564	47,0	28,8
Sessões de audiência realizadas - una	827	68,9	42,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	188	15,7	9,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	95	7,9	4,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.391	115,9	71,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	283	23,6	14,5
Dias-Juiz	587	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.646	48,7	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---



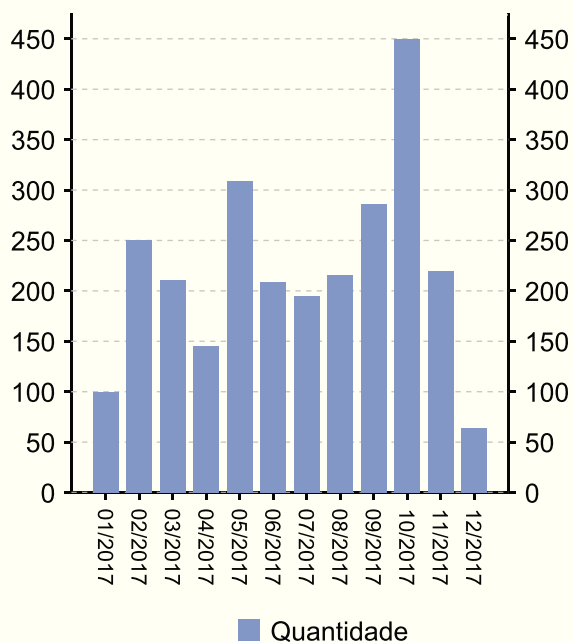
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

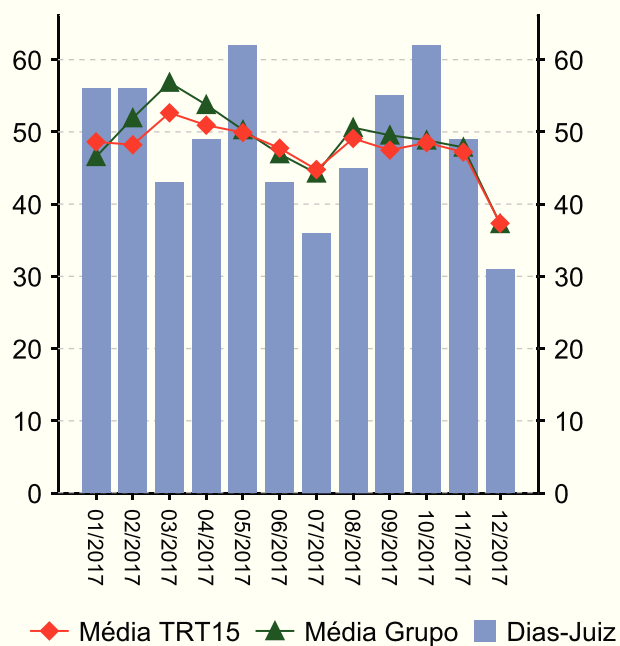
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	5	5	37	22	31	100
02/2017	2	20	98	50	80	250
03/2017	3	10	69	46	83	211
04/2017	1	1	62	25	56	145
05/2017	1	16	116	71	105	309
06/2017	3	16	88	38	64	209
07/2017	0	20	71	40	64	195
08/2017	0	3	88	50	75	216
09/2017	13	0	120	68	85	286
10/2017	150	3	120	77	100	450
11/2017	7	1	84	64	64	220
12/2017	3	0	28	13	20	64
Total	188	95	981	564	827	2655

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2017	56
02/2017	56
03/2017	43
04/2017	49
05/2017	62
06/2017	43
07/2017	36
08/2017	45
09/2017	55
10/2017	62
11/2017	49
12/2017	31
Média Mensal	48,9



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.069	89,1	53,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	756	63,0	38,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.825	152,1	92,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	333	27,8	16,8
Incidentes Processuais Resolvidos	901	75,1	45,4
Dias-Juiz	595	49,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.898	69,6	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.880	81,4	50,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.778	151,0	93,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.776	31,9	19,7
Incidentes Processuais Resolvidos	34.680	59,0	36,4
Dias-Juiz	28.582	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

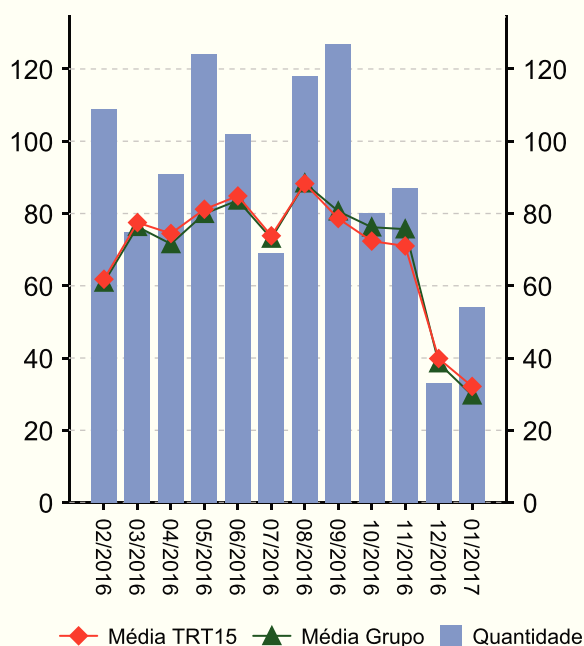
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

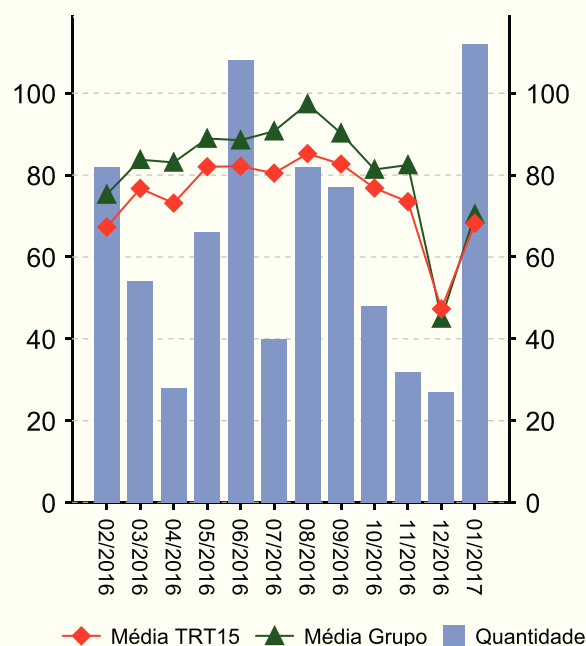
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

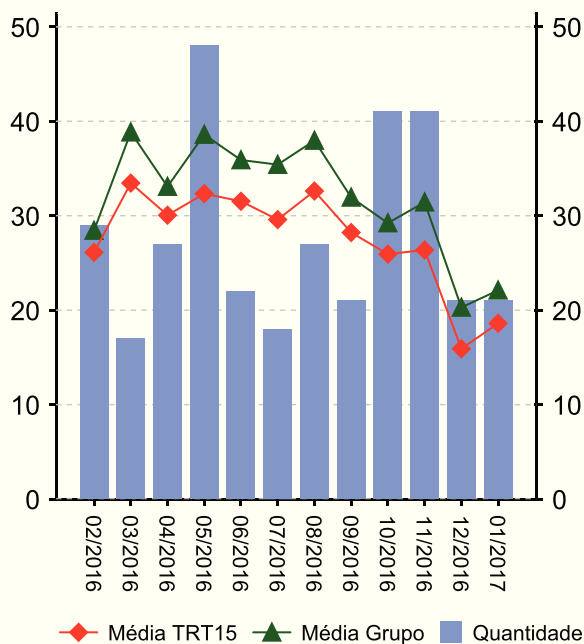
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



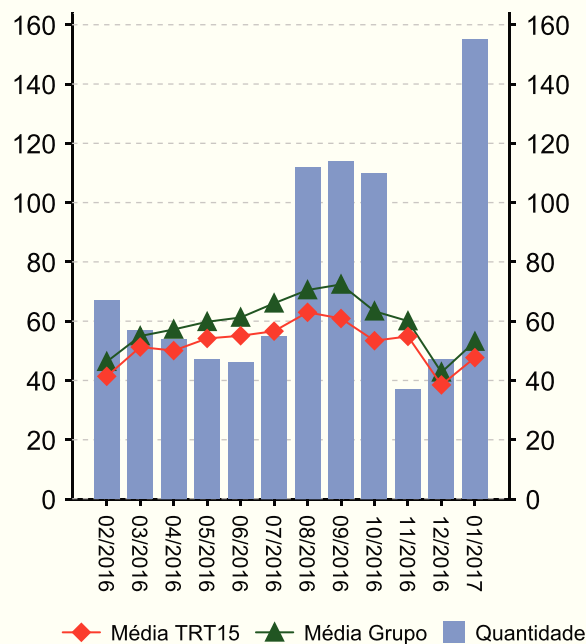
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.069	89,1	53,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	551	45,9	27,8
Sessões de audiência realizadas - una	848	70,7	42,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	139	11,6	7,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	229	19,1	11,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.399	116,6	70,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	368	30,7	18,6
Dias-Juiz	595	49,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	28.582	48,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

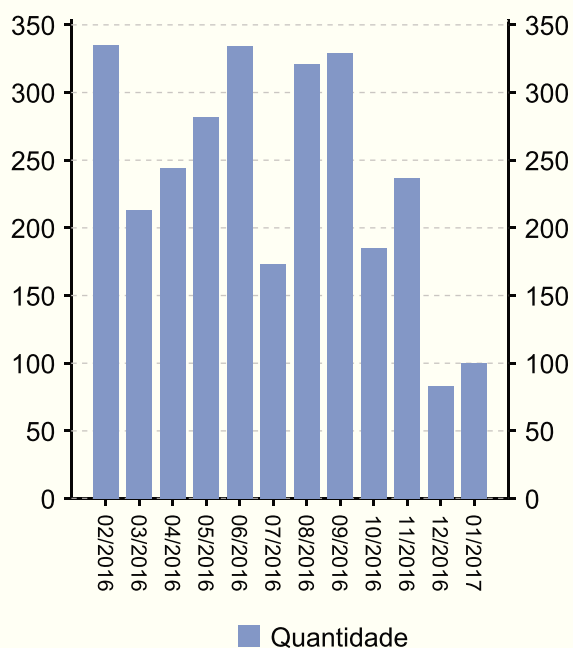
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

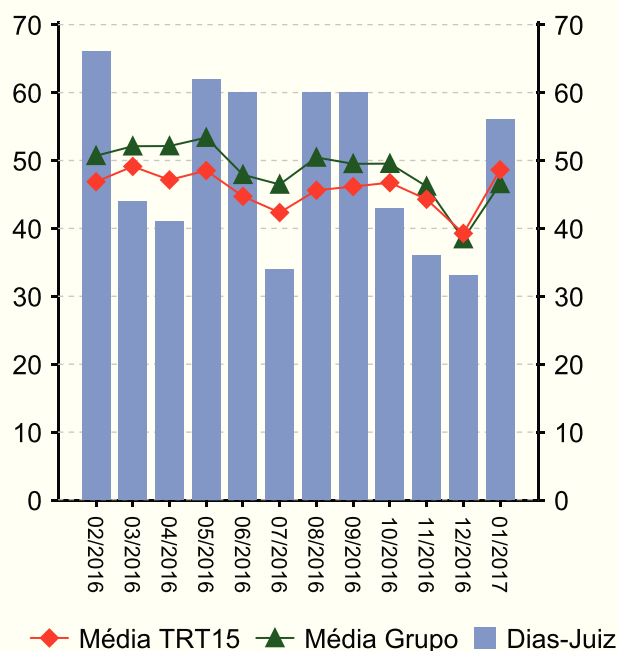
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	16	37	126	57	99	335
03/2016	10	18	78	42	65	213
04/2016	2	1	101	52	88	244
05/2016	1	20	110	58	93	282
06/2016	1	57	123	66	87	334
07/2016	2	0	75	38	58	173
08/2016	12	28	119	65	97	321
09/2016	4	36	125	60	104	329
10/2016	1	6	75	45	58	185
11/2016	83	14	57	33	50	237
12/2016	2	7	43	13	18	83
01/2017	5	5	37	22	31	100
Total	139	229	1069	551	848	2836

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	66
03/2016	44
04/2016	41
05/2016	62
06/2016	60
07/2016	34
08/2016	60
09/2016	60
10/2016	43
11/2016	36
12/2016	33
01/2017	56
Média Mensal	49,6



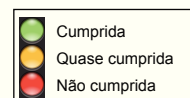
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

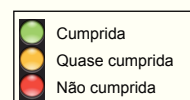
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2455	2416	2210	0	205	201	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

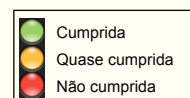
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2340	2106	2018	88	201	42	21 %	96 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
635	832	572	0	53	69	100 %





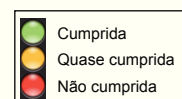
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

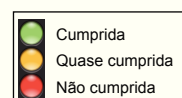
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
138	145	0	29	79 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
402	531	386	62 %





12 - ARRECADAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 89.096,87	R\$ 142.984,10	R\$ 172,89	R\$ 1.628.243,91



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2009	1
2010	4
2011	2
2012	7
2013	60
2014	135
2015	352
2016	1086
2017	1996



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3.056	11	3	14	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se o número de 11 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça). No entanto, a servidora que anteriormente exercia a função de secretária de audiências passou a desempenhar oficialmente a função de assistente de juiz auxiliar. Desde então, a Unidade passou a contar efetivamente com 10 servidores (mais 2 oficiais de Justiça). Todavia, verifica-se que a reposição de servidores é paulatina, haja vista a lotação de um novo servidor na presente data, constatando-se que o número atual e efetivo de 11 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Por fim, foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 02 assistentes de Juiz: Daniela Dantas de Araújo (Assistente da Juíza Titular) e Camila Pinheiro Conceição Mendonça (Assistente do Juiz Auxiliar Fixo João Dionísio Viveiros Teixeira – embora ainda indicada como Secretária de Audiência no item 3.1).

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: Relatório extraído na Corregedoria em 16/4/2018 – corte de 70 dias)

PJe		SAP	
Data de corte:	9/5/2017	Data de corte:	9/5/2017
Saldo:	1.538	Saldo:	446
Data do mais antigo:	2/6/2015	Data do mais antigo:	2/8/2012



Total: 1.984

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (MGD 12/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,63 que, comparativamente à Correição anterior, indica uma pequena diminuição de criticidade (IG 0,69 em MGD 01/2017).

Esse resultado reflete, em parte, a leve redução dos índice TCC - congestionamento no conhecimento (de 0,63 para 0,61) e TCE – congestionamento na execução (de 0,81 para 0,74) desde a última correição. Não obstante, os índices se mantêm elevados, exigindo mais empenho dos gestores na condução dos processos.

Para reestruturação e desenho do novo processo de trabalho, a Unidade foi inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional e vem sendo acompanhada pela Equipe Multidisciplinar, também sob coordenação desta Corregedoria.

Diante das dificuldades enfrentadas pela Unidade para o pleno cumprimento das metas traçadas no plano de ação anteriormente elaborado, em julho de 2017, foi aprovado por esta Corregedoria o novo plano de ação, flexibilizando a data de corte (70 dias) para a tramitação dos processos “do dia”.

Em dezembro de 2017 a evolução do plano de ação foi analisada e constatou-se que:

“[...] os dados da unidade demonstram a formação de novo passivo, em número elevado, que pode indicar a existência de outras causas que impedem a execução efetiva do trabalho planejado. Cabe ao gestor monitorar e avaliar os resultados confrontando com o planejamento, tomar ações corretivas, educar e treinar todos os envolvidos para garantir que todos estejam comprometidos com os resultados.”

Além disso, consignou-se que

“há inconsistências nos lançamentos das ocorrências dos processos do passivo e também nos “do dia”. Situação identificada e reiterada em despachos anteriores e indica que o trabalho de saneamento e conscientização de servidores deve ser mantido a fim de que as ocorrências sejam corretamente lançadas, e também identificadas e corrigidas as dificuldades que impedem a correta inserção das informações no sistema”.



Assim, em que pese o déficit de servidores constatado, a Unidade deverá promover os ajustes necessários para atingir o objetivo proposto.

Registra-se que o saldo de 9.569 processos sem tramitação informado, em formulário prévio, pela Unidade, não condiz com a realidade, razão pela qual foi extraído novo relatório em 16/04/2018, como se vê acima, para elaboração do planejamento do plano de trabalho.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências 4411/2016-PROAD.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 8/3/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
TOTAL:	47	27/10/2016

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Débora Cristina Silva de Oliveira e Rosmeire Aparecida Vasques	122 Mandados	22/3/2014
Débora Cristina Silva de Oliveira e Rosmeire Aparecida Vasques	46 diligências	21/3/2017
TOTAL:	168	22/3/2014

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

OFICIAL DE JUSTIÇA	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Débora Cristina Silva de Oliveira	32	26/6/2017
Rosmeire Aparecida Vasques	22	28/3/2017
TOTAL:	54	28/3/2017

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:



16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010046-81.2017.5.15.0140, 0010614-34.2016.5.15.0140 e 0000166-70.2014.5.15.0140;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo do processo nº 0002391-68.2011.5.15.0140.

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 12/3/2018, verificou-se a existência de 530 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000415-21.2014.5.15.0140, 0051900-07.2007.5.15.0140 e 0058500-78.2006.5.15.0140);

16.5 – há audiências designadas em cinco dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 95 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,99 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD (12/2017). Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Atibaia apresenta 99% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,9 dias-juiz nos últimos doze meses, próximo à média do grupo (48,7).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (95,4 – RARIA 58,5) superior à média mensal de referido grupo (73,8 – RARIA 45,5). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 49,1, inferior à média proporcional de seu grupo (RARIA 58,9). Diante disso, a média total de feitos solucionados com exame de mérito (conciliações ou não), na Vara do Trabalho de Atibaia, ficou acima da média do grupo: 175,4 (com RARIA 107,6) na Unidade, enquanto no grupo a média total foi de 169,4 (RARIA 104,3) em decorrência da maior média de soluções por conciliação.

Destaca-se que as Metas indicadas no item 11 desta Ata não foram plenamente atingidas no último ano, em especial a Meta 2 (julgar até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015) e Meta 6 (julgar até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014), ambas do E. CNJ, além da Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento), respectivamente, com 96%, 79% e 62% de cumprimento.

Considerando o alto índice de pendentes de solução, assim como os prazos médios em ascensão no último ano (já que o prazo médio do ajuizamento até a prolação de sentença se elevou de 412 dias em 2016 para 544 em 2017), recomenda-se que sejam envidados esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando especialmente dar cumprimento a Meta 2 e Meta 6 do E. CNJ.



18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 8/3/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	17/9/2018	0	193
INICIAIS/ Sum:	-		
UNAS/ Ord:	-		
UNAS/Sum:	20/09/2018	0	196
INSTRUÇÕES/Ord:	22/08/2019	44*	532
INSTRUÇÕES/Sum:	20/09/2018	0	196
CONCILIAÇÃO:	03/08/2018	0	148
MEDIAÇÃO:	-		

* A Unidade não informou a quantidade de processos aguardando designação. Entretanto, em consulta ao PJ-e, verificou-se haver 44 processos.

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada, e não utilizam o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui em pauta feitos que envolvem órgãos públicos. Por outro lado, os processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	05	07	04	03		19
	tarde			01			01
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						



sexta	manhã	05	07	04			16
	tarde			01			01

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	05	07	04	03		19
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	05	07	04	03		19
	tarde						
quinta	manhã	05	07	04	03		19
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que os processos da fase de execução são incluídos em audiência anteriormente à hasta pública. Informou, também, que os processos mais antigos sem julgamento e inseridos na Meta 2 do CNJ são incluídos em pauta de audiências, as quais são realizadas pelo CEJUSC de 1º e 2 graus em auxílio à unidade. Por fim, noticiou, que o CEJUSC também auxilia na realização de audiências dos processos da fase de liquidação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 520 dias, superior ao do grupo no qual está inserida (329 dias). Observa-se ainda que, no rito sumaríssimo, esse prazo é de 307 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 650 dias. Indica-se assim, haver certa priorização das audiências no rito



sumaríssimo, mas, ainda assim, com prazos médios bastante críticos, especialmente considerando a paulatina elevação, como verificado na últimas correições: 317 dias em 2016, 412 dias em 2017 e 520 dias, na presente aferição.

Na correição anterior já havia se constatado menor média de audiência unas e de instrução se comparada à média mensal do grupo. Além disso, verificou-se que a maioria das audiências realizadas pela Unidade eram do tipo inicial e que tal fato contribuía para o elastecimento do prazo médio na fase de conhecimento. Por tais motivos e considerando a designação de juiz auxiliar fixo, registrou-se naquela oportunidade a necessidade de incrementar a pauta de audiências, substituindo os horários de audiência do tipo inicial para unas e de instrução, além da implementação de boas práticas utilizadas por outras unidades deste Regional.

Não obstante tais determinações, não foi enviado plano de trabalho e a Vara não alcançou a evolução esperada, apesar de já se observar certo acréscimo de vagas na pauta semanal (em média, 5 iniciais, 7 instruções e 5 conciliações além do verificado no ano passado). Analisando o item 10.2 (aferição de resultados – audiência – período de 01/2017 a 12/2017), verifica-se que a Unidade realizou no atual período correicionado média mensal de 68,9 audiências unas (RARIA 42,3) e 47,0 (RARIA 28,8) de instrução, totalizando média de 115,9 (RARIA 71,1) dessas audiências por mês. Esse resultado foi bem próximo ao verificado na última correição (116,6 – RARIA 70,5 audiências unas e de instrução). No entanto, o prazo médio na fase de conhecimento sofreu elevação significativa, passando de 424 dias para 544 dias, desde a última correição.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado, o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 990. Embora se constate pequena redução desde a última correição (era de 1.159), trata-se de saldo acima da média de seu grupo (843).

Assim, pela melhora dos resultados, determina-se que o Juízo apresente, em 15 dias, plano de ação com medidas concretas que possibilitem reduzir o prazo para realização das audiências e consequentemente o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a apresentação de dados da unidade para todos os servidores da equipe, foram realizadas reuniões com os seguintes agrupamentos:



A. Oficiais de Justiça.

Oficiais de Justiça não fazem Infoseg e Serasa e não utilizam a certidão negativa padronizada pela Corregedoria. Tampouco utilizam o documento “Rascunho/Anotações” para o detalhamento das informações que são registradas indevidamente na certidão negativa (0010073-69.2014.5.15.0140 - há imóvel encontrado no DOI; 0123700-95.2007.5.15.0140 - há veículos antigos encontrados e com restrição; 0051900-07.2007.5.15.0140 - há veículo financiado, sem a realização da penhora). Nesse sentido, a Corregedoria esclarece às oficiais de Justiça que, além de emitir a certidão negativa em execução com a informação de que não há bens livres e desembaraçados, fora dela, no sistema EXE15, deve ser selecionada a opção “execução frustrada” e, sempre que o caso, anexar o “Rascunho/Anotações” com informações próprias: detalhamento das pesquisas e de outras diligências realizadas, bem assim a localização de bens que não interessem à execução em razão de parametrização local ou ainda, outras informações relevantes ao redirecionamento dos atos executórios. Notadamente, a eficiência do EXE15 decorre do correto preenchimento e anexação do “Rascunho/Anotações”, o que, reitera-se, é fator preponderante para a correta aferição e consequente caracterização de um grande devedor e, assim, ensejar o procedimento administrativo para pesquisa patrimonial avançada.

Embora contem com servidores capacitados para mediação, a quantidade de audiências de conciliação em fase de execução é baixa: 95 nos últimos 12 meses.

Nada obstante informarem que há controle dos malotes digitais de envio, devem fazer uso do sistema DILIGÊNCIA15.

Noticiam que há enorme quantidade de malote digital, sendo que 70% dos serviços são de cumprimento de cartas precatórias (penhora de imóveis). E apesar de informarem que as diligências de notificações da própria unidade têm sido bastante mitigadas, a análise da aba expedientes, no Pje de Atibaia, demonstra que grande parte das diligências encaminhadas ao Oficiais são do tipo notificatória (designação de audiências e intimação de decisões/sentenças), impedindo que atuem com foco nas pesquisas patrimoniais.

Declaram que a reformulação do modo de gestão das diligências permitiu melhor acompanhamento, o que se constata, ainda não é eficaz, haja vista que no relatório da ocorrência **ROJ** (remetido ao oficial) extraído do SAP1G em 7/3/2018 constam 126 processos pendentes, mais antigo de 22/3/2014 - processo 0001104-36.2012.5.15.0140, e distribuídos entre variados “setor destino”. Ainda, no relatório da ocorrência **ROS** (remetido do oficial à Secretaria) há 61 processos, mais antigo de 28/2/2013 - processo 0451500-59.2006.5.15.0140, cujo saneamento deverá ser realizado pelo gestor.



B. Assistentes de juízes. Indagadas sobre os relatórios de incidentes processuais, esclarecem que foram feitos saneamentos e tramitações no período inicial do presente ano, quando os prazos estavam suspensos. Atualizado o relatório de embargos declaratórios, até 28/02/2018, constam 47 incidentes. As assistentes de juízes são responsáveis pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas são cumpridas sem fracionamento de tarefas. Ou seja, dão cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fazem necessários.

C. Trio Gerencial.

A unidade esta inserida no grupo que recebe de 2.001 a 2.500 processos/ano e por ocasião da apuração dos dados contava com 25% de acervo físico.

A pauta de audiência atual da Unidade tem as seguintes características:

- a) pauta automatizada e não é observado o conceito de pauta inteligente;
- b) na triagem inicial há apenas processos distribuídos do dia;
- c) os processos do rito ordinário são incluídos em audiência inicial e os do rito sumaríssimo em audiências tipo UNA.

Verifica-se que há processos fora do fluxo de audiência, ou seja, na tarefa aguardando audiência, sem audiência designada (por amostragem: processo 0012140-70.2015.5.15.0140).

Segundo informa o gestor, implementaram as audiências de tentativas de conciliação pelo CEJUSC-JT de Campinas. Porém, em execução, a quantidade de processo incluídos em audiência de conciliação ainda é baixa, apenas 95 processos no período de 1/2017 a 12/2017.

Pje-Calc e JIRA aberto para regularização do índice de correção. Espaçamento de texto.

Postagem de correio em 09/08/2017 e devolução em 27/03/2018, sem êxito na notificação. No tocante à evidente e precária prestação de serviços dos Correios, a Corregedoria sugere que o gestor encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional, a fim de que tomem conhecimento e as providências cabíveis.

Não há gerenciamento adequado dos prazos vencidos, sobretudo, dos prazos concedidos a peritos, mesmo em processos com laudos já apresentados. Conforme se vê no item 15.1, relatório sem tramitação com data de corte em 70 dias, onde consta o total de



1.984 processos, com data mais antiga de agosto de 2012 no físico e junho de 2015 no eletrônico. A título de exemplo:

- 0010789-62.2015.5.15.0140 e 0012532-73.2016.2015.5.15.0140 – mais de 12 meses aguardando a juntada do laudo e em 01/2018 informação de não comparecimento do reclamante na perícia);
- 0011270-88.2016.5.15.0140 e 0011297-71.2016.5.15.0140) – laudos já juntados sem andamento pela Unidade. Ressalte-se que os laudos foram entregues aproximadamente 10 meses após a determinação da perícia, principalmente do perito médico, inclusive com manifestação do diretor no proad informando a existência de apenas um perito médico e a dificuldade de aumentar esse rol de peritos.

A apuração do pós-correição apontou a utilização da modelagem e a implementação da citação por meio eletrônico. Apontou também que, embora orientados, os servidores ainda continuam com a prática de notificações com prazo “zero”, impedindo o vencimento automático dos prazos, o que dificulta sobremaneira a gestão do prazo vencido.

Foram encontrados processos com prazo para razões finais vencidos, sem conclusão aos magistrados para prolação de sentença, evidenciando descumprimento da Portaria GP-CR nº 89/2015.

Informaram que em razão da grande quantidade de processos em execução e o reduzido quadro de servidores, a ferramenta SIMBA, por ora, não está sendo utilizada e nem foi feito o cadastro dos magistrados.

Esclarecem que a redução da taxa de congestionamento da execução decorre da reunião de processos, realizada conforme orientação da Corregedoria. A unidade está trabalhando com data de corte de 70 dias, então, sob orientação do APOIA15.

Constatado que a unidade está atuando com preponderância na migração de processos e, praticamente, não tem atuado na tramitação de processos, onde seria priorizada a tramitação de processos do dia, além de realizar a cumulação de processos da execução, a Corregedoria orienta que se faça melhor gestão da força de trabalho, sobretudo diante da perspectiva de adequação paulatina da lotação, como visto no item 14.

Verificou-se que há muitos processos na raiz das tarefas, prejudicando a gestão célere dos processos que se encontram nas tarefas aguardando cumprimento de providências, aguardando cumprimento de providência-exec, inclusive com mandado cumprido, ou diligência não cumprida em razão de não localização da reclamada, aguardando apenas a devolução ao juízo deprecante.



20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – utilizar também os agrupadores, além dos filtros, avisos e relatórios do Sicond para identificar as questões urgentes nos processos;

20.2 – ordenar a pronta liberação de valores, após a liquidação de sentença em que se apurar créditos superiores ao depósito recursal, pela celeridade e efetividade processual;

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 2, E. CNJ (identificar e julgar pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015); Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 96%, 79% e 62% de cumprimento.

21.3 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.4 – implementar na equipe o hábito de acompanhar os vídeos de “Dicas da Corregedoria” referentes à atuação e procedimentos dos Órgãos jurisdicionais da 1ª Instância;

21.5 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento, sob pena de responsabilidade;

21.6 – utilizar regularmente as ferramentas CCS e SIMBA, além das ferramentas já



adotadas, pelo esgotamento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados, o que deverá ser por ele(s) solicitado mediante envio de e-mail com seus dados (nome e CPF) para o endereço eletrônico nucleodespesquisa.corregedoria@trt15.jus.br;

21.7 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, para agilizar o cumprimento das diligências;

21.8 – quando ocorrer situação, observar integralmente o item XVI, Ordem de Serviço nº 01/2015, que diz: “XVI – O mandado expedido para livre penhora e avaliação de bens em jurisdição diversa daquela de atuação do juízo da execução deverá ser instruído com certidão circunstanciada que relate as diligências realizadas no juízo de origem, inclusive com a utilização das ferramentas oferecidas para pesquisa patrimonial básica. Esta certidão deverá estar inserta no sistema EXE15, vinculada ao documento do executado. O mandado oriundo de outra jurisdição sem informações da prévia pesquisa patrimonial no juízo de origem será devolvido independentemente de cumprimento. Apresentando-se regular e após cumprido, os atos expropriatórios prosseguirão no juízo da execução”;

21.9 – atentar-se que, caso o servidor do grupo interno de execução ou Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

21.10 – observar o disposto no artigo 1º da Ordem de Serviço CR nº 10/2017, que diz: “1º Todas as diligências decorrentes do previsto no art. 3º, §4º do Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, bem como os mandados recebidos de outras unidades da 15ª Região originários em processos físicos devem ser cadastrados apenas no sistema Diligência15”;

21.11 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.12 – em 30 (trinta) dias, as oficiais de Justiça deverão analisar todos os



mandados pendentes de cumprimento, separar aqueles que demandam diligências externas para cumprimento com prioridade, observando a ordem cronológica. Deverão, no mesmo prazo, apresentar plano de trabalho para colocar as diligências em prazo compatível com o previsto na parametrização da Unidade, conforme a flexibilização de prazos prevista no Provimento GP CR 05/2015.

21.13 - que o Juízo apresente, em 15 dias, plano de ação com medidas concretas que possibilitem reduzir o prazo para realização das audiências e consequentemente o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução.

21.14 - que seja realizada reunião com todos os servidores a fim de dar ciência das recomendações e determinações consignadas nesta ata.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 9 e 14/3/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0012140-70.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando audiência, cuja audiência foi realizada em 19/10/2017. Observa-se haver acordo homologado ainda em cumprimento.	Observar o regular fluxo dos processos eletrônicos, encaminhando o processo para a tarefa “aguardando cumprimento de acordo ou pagamento” e respectiva quinzena.
2	0012398-46.2016.5.15.0140	Processo eletrônico com destaque para prioridade (idoso) na tarefa cumprimento de providências, subcaixa razões finais. O prazo concedido para razões finais está vencido e o processo está apto para julgamento. Há outros processos na mesma situação.	Tramitar todos os processos imediatamente, encaminhando-os ao Magistrado vinculado para prolatar sentença, conforme Portaria GP-CR N° 89/2015, sob pena de responsabilidade.
3	0010789-62.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando esclarecimentos periciais. Analisando o processo, observa-se que a realização da perícia foi determinada em 13/4/2016, sendo a diligência designada pelo perito para 17/6/2016. Em 29/3/2017 o juízo concedeu novo prazo suplementar para a entrega do laudo, o que foi respondido pelo perito em 30/1/2018, com a informação de que o reclamante não compareceu	Levar o processo imediatamente à conclusão para apreciação do Juízo. Além disso, a Unidade deverá intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos. Em situação semelhante o processo 0012532-73.2016.2015.5.15.0140.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		para a realização da perícia.	
4	0012261-98.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando término dos prazos desde 6/6/2017. Observa-se que o prazo para manifestação das partes decorreu em 05/06/2017, entretanto o processo permanece na tarefa, pois foi incluído prazo “zero” para as notificações.	Vencer o prazo manualmente e dar prosseguimento ao feito. Além disso, deverá a Unidade abster-se do citado procedimento (inclusão de prazo “zero”), impedindo o vencimento automático pelo sistema. Em situação semelhante o processo 0012599-72.2015.5.15.0140, devendo a Secretaria fazer a imediata conclusão ao Magistrado para prolação de sentença, observando com rigor a Portaria GP/CR 89/2015, sob pena de responsabilidade.
5	0010239-96.2017.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa “prazos vencidos” desde 3/3/2017. Observa-se que o processo aguarda a intimação das partes para dizerem, em 10 (dez) dias, se têm outras provas a produzir, especificando-as, ou alternativamente, apresentarem razões finais.	Levar a conclusão imediatamente.
6	0010420-68.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa “aguardando final do sobrestamento”. Observa-se que o acordo homologado foi cumprido.	Levar à conclusão para deliberar quanto ao possível arquivamento.
7	0010539-92.2016.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa “concluso ao magistrado” desde 21/2/2018.	Tramitar o processo com efetividade, vinculando-o ao magistrado, para prosseguimento do feito.
8	0000961-13.2013.5.15.0140	Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa aguardando laudo pericial desde 20/4/2017. Observa-se que o laudo contábil foi juntado em 8/5/2017, ainda não analisado pelo juízo. Há outros processos na mesma situação.	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento, bem como elaborar plano de ação para reduzir o o prazo na fase de liquidação. .
9	0000694-41.2013.5.15.0140	Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa intermediária análise de liquidação, desde 20/6/2017. Observa-se que o feito transitou em julgado em 18/11/2016 e foi migrado em 2/06/2017, sem andamento até o momento.	Dar andamento ao processo, observando que a existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que deve ser observada com rigor.
10	0002446-48.2013.5.15.0140	Processo físico migrado para a plataforma Pje, na tarefa intermediária prazos vencidos desde 27/5/2017. Observa-se que a reclamada foi intimada	Levar o processo à conclusão para prosseguimento do feito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		para apresentação de cálculos, mas permaneceu inerte. O prazo venceu em 26/5/2017.	
11	0012531-25.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando cumprimento de providências desde 25/11/2015. Observa-se que o mandado já foi cumprido desde 18/7/2016 e está sem tramitação desde então. Há outros processos em situação semelhante.	Dar andamento ao processo, devolvendo todas as precatas cumpridas.
12	0001011-39.2013.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando pgto RPV Precatório, subcaixa 2018/02 – 1ª quinzena. Observa-se que o prazo para pagamento do RPV está vencido e o processo está sem andamento desde então. Há outros processos na mesma situação, inclusive no sistema SAP1G, por exemplo: 0182000-79.2009.5.15.0140.	Levar o processo à conclusão para prosseguimento. Além disso, a Unidade deverá priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
13	0011076-59.2014.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa aguardando término dos prazos desde 27/10/2015. Observa-se haver prazo anterior não vencido automaticamente pelo sistema em razão da inclusão de prazo “zero”.	Dar andamento imediatamente ao processo, cumprindo a determinação datada de 27/10/2015 (expedição de mandado). Além disso, reitere-se, que a Unidade deverá abster-se de incluir prazo “zero” aos confeccionar os expedientes, evitando o vencimento automático do prazo.
14	0010960-19.2015.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa cumprimento de providências, subcaixa bacen, desde 27/6/2017. Não há informações sobre a realização da ferramenta executória até a presente data. Há outros processos em situação semelhante.	Priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
15	0000179-11.2010.5.15.0140	Processo eletrônico na tarefa intermediária intimações automáticas com pendência – Exe desde 11/4/2017.	Dar andamento ao processo, observando a existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
16	0000486-57.2013.5.15.0140	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento) com última ocorrência “CGA – em carga com advogado” desde 29/05/2017.	Em que pese o feito aguardar solução de recurso no TST, diligenciar quanto ao controle de cargas vencidas, com advogados e peritos (a exemplo do 0002703-73.2013.5.15.0140 – CGP com prazo vencido desde 30/10/2017). Em situação semelhante, na fase de liquidação, o 726-80.2012, com CGA desde 05/06/2017 e prazo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



			vencido desde 26/05/2017.
17	0379000-92.2006.5.15.0140	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento) com última ocorrência "RMJ – remessa à secretaria judiciária" desde 27/04/2007.	Diligenciar quanto à tramitação processual a fim de sanear eventual inconsistência.
18	0001104-36.2012.5.15.0140	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento) com última ocorrência "ROJ – remetido ao oficial de justiça" desde 22/03/2014.	Tramitar o feito, regularizando seus lançamentos e observar que há outros 12 processos em situação semelhante no relatório de 7/3/2018.
19	0206000-51.2006.5.15.0140	Processo na variável 346 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de liquidação) com última ocorrência "AGA – aguardando data da audiência", sem indicação, no entanto, de audiência designada. Além disso, no último despacho (de 08/03/2017) foi concedido prazo para regularização da representação processual sob pena de extinção, no entanto, o feito esteve fora da relação de prazos vencidos em razão da ocorrência AGA.	Regularizar o feito.
20	0054200-06.1997.5.15.0038	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução) com última ocorrência "AEE – arquivo provisório em execução providências esgotadas" desde 26/05/2011.	Analisar a possibilidade de arquivar definitivamente o feito, considerando que em 22/10/2010 há menção a prescrição intercorrente. Em situação semelhante, 660100-22.2005.5.15.0140, na ocorrência "SEF – suspenso por execução frustrada" desde 06/08/2013. Analisar a possibilidade de arquivamento, nos termos do último despacho (16/01/2013).
21	0388200-26.2006.5.15.0140	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução) com última ocorrência "DES – despacho" desde 03/10/2017.	Tramitar o feito, com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
22	0350900-64.2005.5.15.0140	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução) com última ocorrência "RMA – remetido ao arquivo" desde 07/10/2011. Verifica-se ausência de lançamento de	Regularizar para baixa do feito e outros em situação semelhante.



		ocorrência de arquivamento (ARQ), havendo apenas “RVA – revisão para arquivar” seguida de “RMA” - remessa.	
23	0451500-59.2006.5.15.0140	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução) com última ocorrência “ROS – remetido do oficial à secretaria” desde 28/02/2013.	Tramitar o feito, conforme a ordem cronológica dos feitos sem tramitação.
24	0001483-11.2011.5.15.0140	Processo na variável 117 do e-GESTÃO (embargos de declaração pendentes), desde a juntada de petição do incidente em 25/08/2012. Verifica-se que o feito aguarda solução de recurso no TST.	Regularizar os lançamentos para baixa do incidente, se não houver real pendência.
25	0001996-42.2012.5.15.0140	Processo físico na ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 29/09/2017. Verifica-se que a execução foi extinta, mas permanece o feito com pendência de pagamento de RPV no e-GESTÃO. Há outros processos na mesma situação.	Verificar o relatório do e-GESTÃO de RPV – requisitório de pequeno valor – pendente e regularizar o lançamento no SAP1G de valores já pagos (RPV quitados), para a transparência dos dados no e-GESTÃO.
26	0001008-21.2012.5.15.0140	Processo Meta 2 já julgado, sem registro de solução no sistema SAP1G.	Regularizar o lançamento dos dados para que haja transparência no andamento processual e adequada contagem de prazos médios em cada fase.
27	0001319-12.2012.5.15.0140	Processo aguardando o encerramento da instrução - Última ocorrência “PZO – perito: retirar autos para realização da perícia, vencido em 20/11/2017.	Acompanhar e tramitar com prioridade os processos inserido na Meta 2 do E. CNJ.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem a Secretária Geral do OAB Subseção de Atibaia Dra. Ana Paula de Moraes Franco, a Dra. Iara Alves Cordeiro Pacheco, OAB/SP 20.014 e a Coordenadora da Comissão da Criança e Adolescente da mesma subseção Dra. Anna Catharina Pinheiro Biasini, que se manifestam quanto aos seguintes aspectos: processo arquivado só é possível acessá-lo uma semana depois do pedido, impossibilidade de homologação de processo no dia, pauta muito prolongada, trabalho voluntário e demora em despachos.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:



24.1 – A MM. Juíza Titular Regina Dirce Gago de Faria Monegatto reside na jurisdição.

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo João Dionísio Viveiros Teixeira está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000129-37.2013.5.15.0897).

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, sobre a autorização para residir fora da sede da circunscrição, bem como sobre a dobra da pauta, tão logo, ocorrida a substituição de um servidor, a lotação de um novo servidor e a autorização para mais dois servidores do município. Tratou-se da priorização de processos de Meta2. E, por fim, da ampliação das pautas de mediação junto ao CEJUSC de 1º Grau, que deverá ser oficiado para as providências cabíveis.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4411/2016.

25 – OFÍCIOS

Expedição de ofício ao CEJUSC de 1º Grau, nos termos do item 24.3, a fim de que tome as providências cabíveis para ampliação da pauta de mediação/tentativa de conciliação da Vara do Trabalho de Atibaia.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 27 de março de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.